

a cessão do servidor efetivo **CARLOS MARX MONTALVAO ALVES**, RG. nº 11039520/MG, ocupante do cargo de Programador, com ônus para o Ministério Público do Estado do Paraná, para auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva, pelo prazo de um ano, prorrogável por igual período.

Curitiba, 24 de outubro de 2017.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
Subprocurador-Geral de Justiça
Para Assuntos Administrativos

Luiz Carlos Mantovanelli
Diretor do DGP/SUBADM

104914/2017

PORTARIA Nº 820/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução n.º 1819, de 11 de abril de 2016, resolve

REVOGAR

a Portaria n.º 557/2015, a partir de 1º de novembro de 2017.

Curitiba, 25 de outubro de 2017.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
Subprocurador-Geral de Justiça
Para Assuntos Administrativos

Luiz Carlos Mantovanelli
Diretor do DGP/SUBADM

105274/2017

ATO 653

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o protocolo nº 12227/2017-MP/PR, resolve

NOMEAR

CARLOS AUGUSTO SARAIVA SANTOS, RG nº 8.695.199-1/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Auxiliar Técnico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 654

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o protocolo nº 14997/2017-MP/PR, resolve

NOMEAR

FABIANA MARIA MARTINS, RG nº 6.037.939-4/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Auxiliar Técnico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

105390/2017

ATO 655

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 1º da Lei Estadual 17227, de 16 de julho de 2012, considerando que estão disponibilizadas

no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, face à exoneração contida no protocolo 23918/2017-MP/PR e de acordo com o pedido da Promotora de Justiça, Dra. LAIS LETCHACOVSKI, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária de Curitiba, protocolado sob nº 24250/2017-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

GUILHERME TOSHIHIKO NATI, RG nº 10.111.711-1/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5 (vaga 0210), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

ao nomeado constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 19051/2017, para o cargo em comissão, símbolo DAS-5, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 656

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso II, alínea 'a', da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o contido no Protocolo nº 23354/2017-MP/PR, resolve

EXONERAR

o servidor **JOÃO PAULO JAMNIK ANDERSON**, RG nº 6.442.645-1/PR, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Promotoria, símbolo 5-C (vaga 74), do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 02 de novembro de 2017.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 657

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 1º da Lei Estadual nº 18814, de 24 de junho de 2016, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, face à exoneração contida no protocolo 23354/2017-MP/PR e de acordo com o pedido dos Promotores de Justiça, Dr. LEONARDO DUMKE BUSATTO e Dr. BRUNO MONTEIRO DE CASTRO BRANDÃO, titular e designado junto à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaguá, protocolado sob nº 23352/2017-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

VICTORIA DE MELO FLORENTINO DOS SANTOS, RG nº 9.392.733-8/PR, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Promotoria, símbolo 5-C (vaga 074), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

à nomeada constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 19051/2017, para o cargo em comissão, símbolo 5-C, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 671

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso I, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de